



A SITUAÇÃO DAS TRABALHADORAS RURAIS NO ACESSO À ÁGUA E ENERGIA NO MÉDIO VALE DO JEQUITINHONHA (MINAS GERAIS)

Lauanda Lopes de Souza

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Aline Weber Sulzbacher

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Resumo

Neste texto, indicamos que é intrínseca a relação entre a água, a energia e a qualidade de vida das mulheres do campo, como também é evidente que não se trata de fatores ligados à natureza ou, a “naturalização” da escassez hídrica como decorrente de fatores climáticos. Ou, ainda, da naturalização da situação de pobreza como relacionada à capacidade dos indivíduos de gestar suas condições de vida. Trata-se, indubitavelmente, de como as comunidades rurais são impactadas pela ausência do Estado no seu dever de garantir o acesso aos direitos constitucionais – como o acesso à terra, água, energia, moradia, saúde, educação etc. – e, contraditoriamente, pela presença no Estado na garantia das condições para a instalação de grandes projetos de desenvolvimento como hidrelétricas e monocultura de eucalipto. E estes também são os principais atores que disputam a terra e a água com as comunidades, e negam a elas o direito do acesso à energia – mesmo aqueles que as terras foram invadidas pelo lago da represa e realocados para outro ambiente sem acesso a fontes de água. É neste contexto que este artigo tem por objetivo analisar o acesso água e à energia e as relações com a qualidade de vida das mulheres em algumas comunidades rurais, do médio Vale do Jequitinhonha. Em termos metodológicos, a pesquisa usa abordagem qualitativa, com levantamento bibliográfico e pesquisa exploratória. Observou-se que o acesso à água e a energia está associada à vida das mulheres como no aumento de jornada de trabalho, na violência, na independência financeira entre outras. Essas questões têm relação direta com as condições e capacidade para participação das mulheres em projetos e no acesso às políticas públicas, como possibilidades para emancipação e empoderamento.

Palavras-chave: Mulheres, participação social, direitos humanos, políticas públicas

LA SITUATION DES TRAVAILLEURS RURAUX DANS L'ACCÈS À L'EAU ET À L'ÉNERGIE DANS LA VALLÉE MOYENNE DE JEQUITINHONHA (MINAS GERAIS)

Résumé

Dans ce texte, nous indiquons que la relation entre l'eau, l'énergie et la qualité de vie des femmes rurales est intrinsèque. C'est également évident qu'il ne s'agit pas de facteurs liés à la nature ou à la «naturalisation» de la rareté de l'eau. Ou encore la naturalisation de la situation de pauvreté liée à la capacité des individus à gérer leurs conditions de vie. C'est sans aucun doute comment les communautés rurales sont affectées par l'absence de l'État dans son devoir de garantir l'accès aux droits constitutionnels - tels que l'accès à la terre, à l'eau, à l'énergie, au logement, à la santé, à l'éducation, etc. - et, de manière contradictoire, pour la présence dans l'État en garantissant les conditions d'installation de grands projets de développement tels que la monoculture d'eucalyptus, hydroélectrique etc. Et ce sont aussi les principaux acteurs qui contestent la terre et l'eau avec les communautés, et leur refusent le droit d'accéder à l'énergie - même ceux que les terres ont été envahies par le lac du barrage et relocalisées dans un autre environnement sans accès aux sources d'eau. C'est dans ce contexte que cet article vise à analyser l'accès à l'eau et à l'énergie et la relation avec la qualité de vie des femmes dans certaines communautés rurales, au centre de Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais). Sur le plan méthodologique, la recherche utilise une approche qualitative, avec enquête bibliographique et recherche exploratoire. Il a été observé que l'accès à l'eau et à l'énergie est associé à la vie des femmes, comme l'augmentation des heures de travail, la violence, l'indépendance financière, entre autres. Ces questions sont directement liées aux conditions et à la capacité des femmes à participer aux projets et à l'accès aux politiques publiques, en tant que possibilités d'émancipation et d'autonomisation.

Mots clés: Femmes, participation sociale, droits de l'homme, politiques publiques

INTRODUÇÃO

Este artigo tem o intuito de discutir a relação entre o acesso a água e energia, e relações com a vida das mulheres de comunidades rurais do Vale do rio Jequitinhonha em Minas Gerais. As questões e reflexões apresentadas neste texto têm por base a execução do projeto de pesquisa de iniciação científica intitulado “A participação das mulheres na discussão energética: estudo de caso em Araçuai – MG”, executado no período de 01 de setembro de 2018 a 30 de novembro de 2019, com apoio financeiro para bolsa IC e pesquisa de campo da Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS). O projeto está vinculado à execução do projeto de desenvolvimento tecnológico intitulado “Veredas Sol e Lares: uma alternativa para o múltiplo aproveitamento energético em reservatórios de usinas hidrelétricas na região do Semiárido Mineiro” (2018-2022), executado pela Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS)ⁱ e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), com participação do Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiroⁱⁱ. O projeto Veredas Sol e Lares, busca implementar várias inovações tecnológicas e sociais, dentre elas a instalação de usina solar sobre lago da hidrelétrica de Santa Marta (Grão

Mogol/MG) com a elaboração de modelo de gestão baseado na participação popular. Por isso, um dos eixos centrais é a realização da pesquisa social, em andamento, e que subsidia a elaboração de diagnóstico dos 21 municípios envolvidos, para compreender a realidade das comunidades rurais e urbanas, indicando possibilidades de projetos e ações que possam apoiar iniciativas de convivência com o semiárido, desenvolvimento local etc. com base no uso e gestão de energia solar a partir da participação popular. Além disso, está contribuindo para estimular a participação social feminina, nas discussões sobre água, energia e desenvolvimento regional, e as possibilidades para o empoderamento e transformações sociais no meio rural.

A pesquisa foi realizada com base em uma abordagem qualitativa, que de acordo com Godoy (1995, p. 58), se apresenta nos estudos das ciências humanas e sociais, como: “[...] uma outra forma de abordagem que, aos poucos, veio se instalando e se afirmando como uma frutífera possibilidade de investigação para essas áreas do conhecimento”. Já para Triviños (1987, p. 131) “a pesquisa qualitativa não segue sequência tão rígida das etapas assinaladas [...]. As informações que se recolhem, geralmente, são interpretadas e isto pode originar a exigência de nova busca de dados”. Dentre os procedimentos, foi realizada pesquisa bibliográfica, incluindo o levantamento de artigos científicos, anais de eventos e trabalhos acadêmicos e uma busca no Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD) com temas como “mulheres do campo e água” e “mulheres e energia”, “participação social e mulheres”.

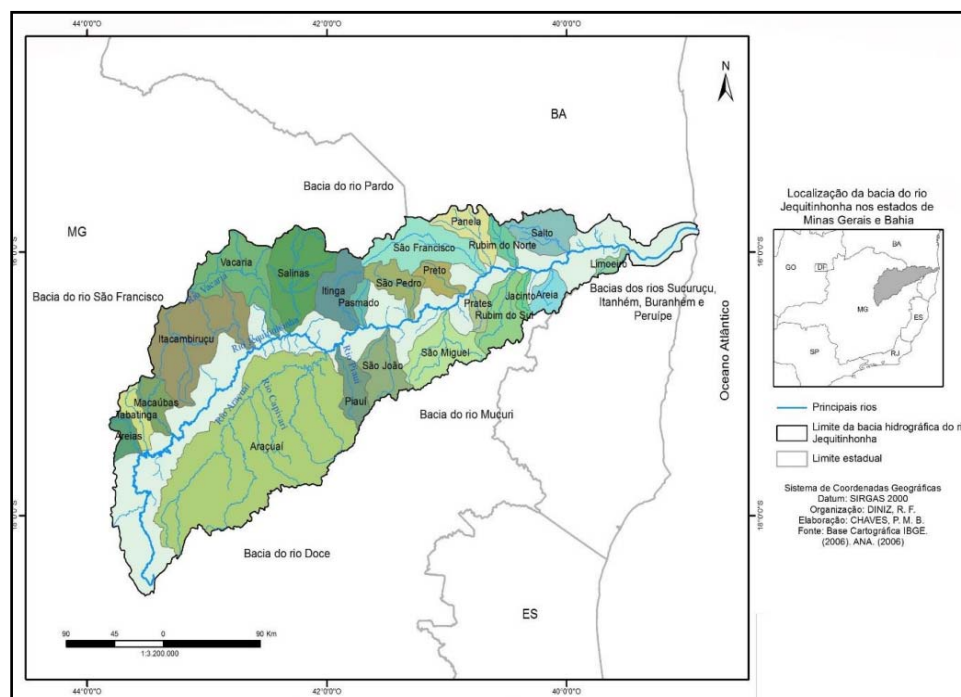
Também adotamos a pesquisa exploratória que, conforme Gil (2008, p. 27) “[...] são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”. Esta imersão foi realizada em sete comunidades rurais de municípios do médio vale do Jequitinhonha, em fevereiro de 2019, para acompanhar atividades do diagnóstico realizado pelo Projeto Veredas Sol & Lares, e permitiu conhecer a realidade, conversar com mulheres e observar sua participação durante os encontros. Esta vivência, indicou de várias formas como é intrínseca a relação entre a água, a energia e a qualidade de vida das mulheres do campo. Em ambos os casos, também é evidente que não se trata de fatores ligados à natureza ou, a “naturalização” da escassez hídrica. Ou, ainda, da naturalização da situação de pobreza como relacionada à capacidade dos indivíduos de gerar suas condições de vida. Trata-se, indubitavelmente, de como estas comunidades, foram impactadas pela ausência do Estado no seu dever de garantir o acesso aos direitos constitucionais – como o acesso à terra, água, energia, moradia, saúde, educação etc. – e, contraditoriamente, pela presença no Estado na garantia das condições para a instalação de grandes projetos de desenvolvimento como hidrelétricas e monocultura de eucalipto. Estes, por sua vez, justificados justamente para o incentivo e estímulo ao desenvolvimento local. E estes também são os principais atores que disputam a terra e a água com as comunidades, e negam a elas o direito do acesso à energia – mesmo aqueles que as terras foram invadidas pelo lago da represa e realocados para outro ambiente sem acesso a fontes de água.

Este texto apresenta duas sessões principais, sendo que a primeira se propõe a trazer perspectiva histórica e geografia, em que a bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha passa a ser dividida em regiões (alto, médio e baixo) considerando

principalmente o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e seus impactos nas comunidades (micro) e na região como um todo. Com base nesta contextualização, a segunda sessão concentra discussão no tema “Água, energia e mulheres”, para abordar tanto as experiências de convivência com o semiárido quanto os impactos do progressivo aumento da escassez – em um cenário de disputa da água como recurso hídrico.

O Vale do Jequitinhonha, divisões e situação das comunidades

O conceito Vale do Jequitinhonha enquanto uma região geográfica a partir das concepções de Servilha (2015), emerge em meados da década de 1960 através de intervenções de um órgão estatal, a Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (CODEVALE) criada em 1964 com o objetivo principal de elaborar e executar pelo prazo de vinte anos o plano de desenvolvimento socioeconômico para a região. Nessa perspectiva, é importante trazer alguns paradigmas sobre o “surgimento” dessa região, visto que, embora haja esse “mito de isolamento”, criado após os diagnósticos produzidos pela CODEVALE, é evidente que já existia uma região geográfica, antes mesmo da criação desse órgão. Em suma, entende-se que historicamente a bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha (Mapa 1) – estados de Minas Gerais e da Bahia – foi durante séculos ocupada por diferentes povos indígenas, podendo-se afirmar, a existência de vários territórios em que se construiu teias de relações sociais e culturais. Todavia a chegada dos colonizadores resultou em conflitos, genocídio e fragmentação na apropriação e uso do território.



Mapa 1: Bacia Hidrográfica do Rio Jequitinhonha e microbacias

Fonte: Diniz, Raphael Fernando (2018).

Os primeiros territórios invadidos pelos portugueses no século XVI através do rio Jequitinhonha, foram em busca de riquezas minerais. Neste período, estabeleceu-se uma importante área de extração mineral de ouro e diamante, principalmente na região hoje denominada de Alto Jequitinhonha. A partir de estudos como o de Ribeiro (2013) e outros, realizados no Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro, podemos afirmar que:

A relação entre a extração mineração e a agricultura é recorrente em toda história recente, colonial, do Jequitinhonha. Geralmente, as práticas agrícolas recebem pouca atenção em função do esplendor e volume de ganhos relacionados ao garimpo. Assim, muito embora é possível dizer que o circuito produtivo da extração mineral (ouro, diamante, cristal) é indutor de toda uma dinâmica econômica que impulsiona a circulação de produtos e sustenta a conexão das lavras à metrópole imperial, há que considerar que o grande contingente populacional precisa produzir seus meios de vida, ou seja, alimentos, vestuários, moradia, equipamentos. A produção das condições materiais para a sobrevivência envolve processo de adaptação ao meio (meio natural) entre saberes e técnicas, mas também de troca de conhecimentos entre grupos étnicos (principalmente entre povo negro e o povo indígenas, muitas vezes refugiados nas matas). (SULZBACHER, LAGE e LOPES, 2019, p. 405).

Portanto, a dinâmica regional vai se configurando a partir da conjugação entre a mineração e a agricultura, que dão ritmo e conteúdo para o avanço da fronteira agrícola e mineral. A porção média e baixa da bacia hidrográfica, passam a estruturar progressivamente uma economia baseada em atividades agropecuárias e o rio Jequitinhonha como o canal de circulação e trocas de produtos, movimentados por trabalhadores, sendo pessoas na condição de: escravizadas, livres, libertas e, possivelmente também, algumas refugiadas. Estas últimas migraram seguindo o curso do rio em direção ao médio e baixo Jequitinhonha, ocupando áreas em busca de outras lavras e terras férteis para lavouras, dando origem às comunidades tradicionais reconhecidas atualmente como quilombolas, camponesas, ribeirinhas etc. (GRAZIANO E GRAZIANO NETO, 1983; RIBEIRO, 2013; ALMEIDA, 2018).

Conforme Ribeiro (2013) analisando a expansão das fronteiras agrícolas nas bacias dos rios Jequitinhonha e Mucuri, retrata a diversidade de interesses na região. Além do interesse na mineração, havia também o interesse na agropecuária e na expansão agrária em terras antes ocupadas por indígenas e quilombolas. De acordo com Servilha (2015) uma bacia isolada e homogênea, ao olhar dos centros econômicos, era na verdade uma região fragmentada por diversas áreas em que se mantinha relações comerciais com diferentes regiões.

A bacia do rio Jequitinhonha, em sua porção mineira, a partir de 1960 foi recortada para a criação da região do Vale do Jequitinhonha. Esse processo teve como base os diagnósticos produzidos pela CODEVALE no período de 1960 a 1980, que delimitou uma área com cerca de 52 municípios, dando ênfase sobretudo a dados secundários que qualificavam esta região como de extrema pobreza (SERVILHA, 2015). Com a criação da região, marcada por este critério de divisão, instituiu também um discurso e um imaginário até hoje é acionado para justificar intervenções, como os grandes projetos de desenvolvimento principalmente ligados à monocultura de eucalipto, à hidrelétricas e à mineração. Conforme Ribeiro (1993), este histórico influenciou na criação dicotômica de Vale da Miséria e de Vale da Esperança.

Conforme Moura (1988) esses projetos desenvolvimentistas no Vale, tem por base a apropriação de grandes áreas de terras, sendo a maioria delas “terras devolutas”. Embora sem registros oficiais da posse, estas áreas já estavam ocupadas por uma significativa população rural, de base campesina e quilombola, com modo de vida baseado em usos coletivos dos bens comuns como as áreas de chapada (alto vale do Jequitinhonha), nascentes de água, córregos e rios. Para Moura (1988) a expropriação de terras está ligada diretamente à expropriação dos trabalhadores e das comunidades, iniciada com a instalação de fazendas para criação de gado (baixo vale do Jequitinhonha), exigindo que a população se submetesse ao trabalho de agregado, em relação de compadrio marcada pelo consentimento e resistência. Assim, com a abertura da fronteira agrícola pela fazenda, a instalação de projetos de florestamento como a monocultura de eucalipto foi implementada a partir de incentivos fiscais do Estado e com grande impacto em todo Vale do Jequitinhonha. Esse processo gerou conflitos de diferentes tipos (sociais, ambientais, territoriais, trabalho escravo etc.) que ainda persistem contemporaneamente, sendo significativo o progressivo esgotamento dos recursos hídricos, a expulsão dos trabalhadores e trabalhadoras na relação de “agregado”, êxodo rural, expropriação e violência sobre posseiros e pequenos proprietários de terra, dentre outros.

Em outrora à chegada da modernização conservadora da agricultura, marcada no Vale do Jequitinhonha pela implementação dos grandes projetos de monocultura de eucalipto, Graziano e Neto Graziano (1983), abordam que a ocupação de terra pelos camponeses, se dava de duas maneiras distintas, sendo que a primeira consiste em uma apropriação dos locais mais úmidos das grotas onde estabelecem suas respectivas moradias, e a segunda uma apropriação coletiva em decorrência de uma prática cultural, colocando que os direitos sob a terra são os mesmos, tudo o que a terra produz é de todos. Diante desse contexto, percebe-se que o processo de modernização ainda tem desdobramentos, pois segue lógica de apropriação dos recursos naturais de forma privada, através da implementação de culturas de exportação e florestas homogêneas, está alterando radicalmente as estruturas e formas de organização sócio econômicas existentes, visto que existe nesse processo uma violência simbólica, disfarçada de bem-estar social. (GRAZIANO E NETO GRAZIANO, 1983; SILVA, 1998; ALMEIDA E SULZBACHER, 2019).

A pesquisa realizada por Almeida (2018) analisa os impactos socioambientais para os sujeitos do campo, principalmente quando relacionado a falta de água, desse modo ele aborda que:

Em se tratando da atuação das empresas monocultoras de eucalipto na região das chapadas do alto Jequitinhonha, são diversas as atividades desenvolvidas que não se conformam às exigências da legislação ambiental. Atualmente essa árvore exótica ocupa praticamente todas as áreas planas, as chapadas consideradas caixas d'água naturais, desencadeando sérios impactos ecológicos, sociais, culturais e econômicos. Do ponto de vista ecológico, implicou na violenta e drástica mudança no ecossistema, uma erosão genética cujas consequências ainda precisam ser melhor estudadas. Além disso, pode-se destacar os processos de erosão do solo, de contaminação do ar, da supressão das áreas de preservação permanente e o secamento de centenas de nascentes e córregos nos últimos 40 anos (ALMEIDA, 2018, p. 88).

Para tanto, vale salientar que conforme colocado por Martins (1980) essa dinâmica do desenvolvimento para o Vale Jequitinhonha, resultou no avanço da monopolização de terras, através de um processo constituído sobre a violenta expulsão dos trabalhadores rurais de suas terras. É indubitável que essa violência continua, conforme Almeida (2018) por exemplo, algumas das problemáticas enfrentadas pelas comunidades rurais do alto Jequitinhonha como a progressivo secamento de nascentes e córregos, diminuição da vazão dos rios e a permanente falta de água para as unidades de produção familiar.

É fundamental destacar, conforme apontam Fávero e Monteiro (2014), que o Vale do Jequitinhonha tem uma vasta diversidade étnica, cultural e de organização camponesa, que foi fruto do seu processo de ocupação. De acordo com os autores 50% da população do Vale, reside ou realiza atividades no meio rural, sendo assim percebe-se que essa população é formada pela presença de comunidades indígenas, quilombolas e camponesas, que corroboram na construção de uma rica cultura, nas formas de ocupação do território, no uso da natureza e nas noções de produção e reprodução social. Ademais, conforme a classificação adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mesorregiões do Vale do Jequitinhonha possuem características diferentes relacionadas ao processo de ocupação e à diversidade de biomas, que influenciam diretamente na dinâmica econômica – pois esta responde a forma como os recursos naturais são explorados e, grande parte, expropriados.

Outro destaque é grande parte da região denominada como Vale do Jequitinhonha faz parte do semiárido brasileiro. Para o Ministério da Integração Nacional, o semiárido envolve 1.135 municípios, sendo 31 destes no Vale do Jequitinhonha (SILVA, 2006). As regiões do semiárido são definidas especialmente, pela aridez do clima (quente e seco), baixa disponibilidade hídrica marcada pela escassez de chuvas – índices de precipitação entre 400 e 800 mm anuais (ASA BRASIL, 2017).

No médio Vale do Jequitinhonha predomina o bioma do cerrado e concentra grande número de municípios que fazem parte do semiárido mineiro, também registra grandes problemáticas retratadas pelos trabalhadores rurais com relação ao acesso a água. É central neste contexto, a progressiva diminuição da disponibilidade de água superficial (nascentes, córregos, rios etc.). Embora haja uma dinâmica cíclica do clima, relacionada a ocorrência estiagens prolongas ou anos com menor incidência pluviométrica, a situação vivida pelas comunidades tem indicado uma outra causa alheia a dinâmica climática e que demonstra como a água, para os grandes projetos de desenvolvimento, torna-se uma mercadoria estratégica para os empreendimentos de monocultura, de mineração e de hidrelétricas.

Assim, o século XX e início do XIX, tem sido marcado por uma realidade contraditória no Vale do Jequitinhonha, em que é possível registrar desde áreas com garimpo sem significativos investimentos em tecnologia até áreas com extração em grande escala de minerais como grafita, granito, lítio e, como pretensão, do minério de ferro. Em determinadas áreas com monocultura de eucalipto, há mais de 50 barramentos de água para uso privado da empresa em área de 23 mil hectaresⁱⁱⁱ, enquanto as comunidades situadas nas grotas (fundos de vales) enfrentam o secamento das nascentes e, em muitos casos, passam a demandar o atendimento público com caminhão pipa (cuja qualidade da água para consumo humano é questionável) ou, ainda, em outros casos, são atendidas por organizações não governamentais com sachês purificadores (cujos efeitos cumulativos no corpo humano ainda não foram estudados). As hidrelétricas reproduzem a mesma lógica, sendo construídas para a geração de energia para o Vale, geraram um enorme contingente de atingidos pela expulsão de comunidades e expropriação de terras, com um passivo social até hoje não reconhecido e nem sanado pelas empresas. A energia gerada, efetivamente, não atende as comunidades rurais e urbanas do Vale, que vivem realidade oposta – de não ter acesso e ou com acesso precário, que inviabiliza qualquer investimento tecnológico (seja doméstico, seja agrícola ou pecuário) para incentivo da produção e produtividade. Ademais, é muito difícil as contrapartidas, em termos de pagamento de impostos, para os municípios. Como também é difícil demonstrar a conexão destes investimentos com capital internacional, de base rentista. São temas que ainda permanecessem para pesquisas futuras.

Frente a esta breve contextualização histórica e regional, em que os impactos vividos pela população e comunidades ao longo do século XX foram caracterizados por drásticas e dramáticas mudanças no modo de vida, pela disputa de terra, água, energia e subsolo (mineração) com grandes empreendimentos, lançamos como questão um olhar particular para a situação das mulheres do campo com base em todo acúmulo de discussões no campo feminista e classista: Quem são essas mulheres? Como estas mudanças impactaram sua na vida? Elas são reconhecidas como trabalhadoras? Qual a situação vivida pelas mulheres do campo, em relação ao acesso à água e à energia? Como esse acesso ou a falta dele traz implicações em sua jornada de trabalho e na qualidade de vida delas e do grupo familiar?

Mulheres, água e energia

Os longos períodos de estiagem são uma situação histórica na bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha. Autores como Galizoni *et. al.* (2004) apresentam que já existia uma associação do Vale com seca desde o final do século XIX, segundo eles a primeira registrada na literatura. Saint-Hilaire (1975) viajando pelo semiárido mineiro nos interiores do Brasil, também relata a angústia de indivíduos de pequenas comunidades rurais com a falta de água. A maioria desses registros relaciona os períodos de estiagem a um fenômeno natural.

Há várias pesquisas que se dedicaram ao estudo sobre a relação entre a água e as comunidades, com destaque às do Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar (PPJ), vinculado a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), campus de Montes Claros. O PPJ tem realizado várias atividades de pesquisa e extensão em parceria com organizações da sociedade civil comprometidas com a realidade das comunidades no Vale do Jequitinhonha, cujos resultados comprovam tanto a progressiva escassez hídrica quanto o aumento dos conflitos por água e sua relação com os empreendimentos desenvolvimentistas.

Deste modo, uma das provocações que levantamos na pesquisa é compreender qual a relação entre a água (acesso, qualidade, disponibilidade) e as mulheres rurais, muitas vezes invisibilizadas pela sua condição de classe, em que histórica e socialmente não é reconhecida sua situação de trabalhadora e, ainda, muitas vezes estigmatizada pela origem étnica.

O acesso e disponibilidade de água é vital para o modo de vida de qualquer comunidade rural. Por isso, é comum que a localização das casas estejam próximas a córregos ou nascentes. Conforme escreve Galizoni (2013, p. 16): “Percebida como patrimônio comum, as aguadas e fonte d’água quase sempre foram tratadas com desvelo pela população rural que se abastecia delas.” Portanto, na medida em que as instalações de grandes projetos de desenvolvimento demandam disponibilidade permanente (independente da estação do ano ou do ciclo climático) de recurso hídrico, é percebido e relatado pelos moradores a progressiva diminuição da vazão e muito significativa a quantidade de secamento de nascentes, córregos e rios. Em pesquisa realizada pela Câmara de Vereadores do município de Turmalina, houve registro do secamento de cerca de 90% das nascentes em uma comunidade rural do município.

Esta realidade afeta diretamente a rotina de vida e trabalho das mulheres rurais. Impacta sobretudo no aumento do tempo e na penosidade do trabalho, pois passa a incluir o deslocamento para buscar água – muitas vezes realizado a pé – para atender as demandas do ambiente doméstico que inclui necessidades alimentares da família, mas também do cuidado com quintal – espaço para produção de víveres (BORGES, SOUZA e PRATES, 2019). A relação com água, faz parte da vida das trabalhadoras rurais e quando falamos que elas se tornam as protagonistas para o seu acesso é exatamente por essa maior proximidade, como por exemplo o fato delas serem as responsáveis por buscarem formas de viabilizar esse acesso.

Não obstante essa situação, quando são mencionadas em pesquisas ou matérias jornalísticas, recorrentemente são caracterizadas pelas ausências. Uma delas é a conhecida expressão “viúvas de marido vivo” ou “viúvas da seca”, invisibilizando histórias e estratégias de reprodução social do grupo familiar que passam pelo protagonismo das mulheres, como trabalhadoras em atividades como agricultura, artesanato, lavadeira, serviços domésticos etc. Ademais, invisibiliza também as redes e relações comunitárias. Essas classificações para as mulheres que resistiam e resistem em continuar na região, eram em sua maioria retratadas em reportagens jornalísticas, documentários, revistas e artigos. A título de exemplo, está um dos artigos publicados na revista Sesc São Paulo, que retrata exatamente essa realidade:

Aos 72 anos, Maria José é uma mulher de sorte. Afinal de contas, apesar de caminhar mais de dez quilômetros em busca de água, sabe que não está sozinha. Maria José possui um companheiro que estará lá quando ela voltar, brigando com a terra na luta pelo sustento. Infelizmente, ela é a exceção, não a regra. O chão, há vários meses, não vê chuva que dê para o cultivo. A seca que atinge todo o nordeste expulsou maridos, pais e filhos do vale do Jequitinhonha, uma das regiões mais pobres do país, em Minas Gerais. Para sobreviver foram obrigados a migrar, principalmente para o interior do estado de São Paulo, servindo como mão-de-obra barata às usinas no corte da cana-de-açúcar. Como os homens passam a maior parte do tempo trabalhando fora, as “viúvas de marido vivo” – como são chamadas a contragosto suas esposas – acabam se tornando a duras penas chefes de família. Esse fenômeno ocorre com mais frequência na região do médio Jequitinhonha – incluindo cidades como Araçuaí, Itinga, Coronel Murta, Chapada do Norte e Virgem da Lapa, além de vilarejos sertão adentro (SAKAMOTO, 1999, s/p).

No entanto, este cenário foi se modificando, as mulheres antes conhecidas apenas como “Viúvas de Marido vivo”, começaram a desenvolver devido às necessidades e como estratégias para a sobrevivências suas próprias atividades econômicas, principalmente ligadas ao artesanato e a agricultura (DALGLISH, 2006). Nesse sentido, há uma necessidade de compreender como é a vida dessas mulheres, trabalhadoras, onde a subsistência familiar depende da produção agrícola produzidas por elas, já sabido que essas localidades do Vale do Jequitinhonha passam por períodos de estação seca e estação chuvosa.

A partir do exposto, é possível compreender que o acesso à água e a vida das mulheres é algo que está conectado, devido especialmente a esses fatores sociais, o fato delas serem protagonistas pode estar relacionado especialmente pela necessidade de sobrevivência. Diante disso, uma questão relevante observada está associada a implementação de políticas públicas de convívio com a seca, como o programa Um Milhão de cisternas (P1MC) que através de uma tecnologia

social atende a necessidade primordial dessas populações rurais, que é água para consumo humano.

Com isso nota-se que as trabalhadoras rurais são protagonistas em todo o processo e implantação dessa política pública, como uma diretriz do projeto e como realidade vivida, afinal são elas que permanecessem e garantem a reprodução social e, também, atuam na construção das cisternas desde a elaboração da massa, fabricação das placas e na construção das cisternas^{iv}. É importante enfatizar o projeto é viabilizado pela Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) – uma rede que além de defender, também coloca em prática principalmente a partir de políticas públicas o projeto político de convivência com a seca e releitura da convivência com o semiárido – espaço historicamente ocupado e que as cercas são muitas vezes mais opressoras do que as secas. As entidades, em níveis regionais, que fazem parte dessa rede são responsáveis por todo o processo de implementação, e assim como pela formação e mobilização social, entre elas encontra-se o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV) e a Cáritas Diocesana, entre outras instituições que promovem o acesso a políticas públicas de convivência com semiárido a partir do princípio da participação social.

Quando se trata desses espaços de participação social na gestão hídrica, há um primeiro elemento que é da participação cidadina com base nas práticas dos movimentos organizados, ou seja, as entidades civis, movimentos sociais ou apenas de cidadãos organizados e mobilizados através de fóruns e espaços públicos diversos, nos quais direitos e demandas coletivas são apresentados como questões a serem incluídas na agenda pública, visto que essas demandas em sua maioria estão relacionadas com a distribuição de bens públicos e na formulação de políticas públicas (JACOBI, 2000).

Com a atual conjuntura brasileira de degradação ambiental e diminuição dos recursos hídricos, Jacobi e Barbi (2007) analisam que a gestão de bacias hidrográficas assume uma crescente importância no Brasil. Desse modo, no ano de 2000 é criada a Agência Nacional de Águas (ANA), que vem promovendo vários espaços de participação cidadã. Além disso, a bacia hidrográfica conforme o autor, é adotada como uma unidade regional de planejamento e gerenciamento das águas, que culminou na delimitação de Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos, em que os órgãos consultivos e deliberativos de gerenciamento são denominados Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs). Esses comitês são fundamentados no tripé de descentralização, participação e integração, e a ênfase dada é quanto aos aspectos de qualidade e quantidade das águas por meio de ações que possibilitam os usos múltiplos dos recursos hídricos. Em nível municipal, esse comitê, no caso da bacia do Vale do Jequitinhonha, está promovendo diversos espaços como fóruns, audiências entre outros que agregam grande massa da população rural, no que tange às discussões sobre o acesso e qualidade da água e debates sobre como preservar as nascentes e manter a perenidade dos rios.

Se a participação social nos comitês de bacias hidrográficas já é uma premissa que tem enfrentado desafios para consolidar este espaço como democrático e

ampliado para a discussão sobre o acesso, usos e preservação dos recursos hídricos, quando analisamos o tema da energia, há enormes vazios.

O tema da energia, geração, distribuição, transmissão e consumo, é um assunto restrito às empresas, concessionárias e governos das esferas federal e estadual (ou a determinados grupos dentro de um governo). Um assunto para grupo seleto de investidores em que a energia é uma valiosa mercadoria^v. Um dos únicos espaços e participação civil são as audiências promovidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) cujos procedimentos (em grande parte online e quando presencial, nas capitais dos estados) e ritualidades (formalidade, linguagem, procedimentos etc.) impõe restrições de várias ordens para a efetiva participação social. Ademais, não há nenhuma política pública voltada para a efetiva participação social, ao modo de conselhos regionais ou similares. Ou seja, se a participação da classe trabalhadora sobre um assunto estratégico da nação, como o é a geração, distribuição e consumo da energia é muito difícil, para as mulheres, trabalhadoras e do campo, é impossível – principalmente porque muitas de suas comunidades nem acesso à rede dispõem.

A falta e a qualidade da energia elétrica no meio rural é uma problemática histórica, e que tem sido discutida principalmente a partir das provocações e lutas realizadas pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Afinal, em pleno século XXI existem centenas de famílias pelo Vale do Jequitinhonha que nunca tiveram acesso à eletricidade, e que assim como, persiste como um problema que afeta diretamente a vida das mulheres. Indubitavelmente a qualidade e o acesso à energia elétrica continua sendo um problema público e político, em que somente a mobilização popular com manifestações baseadas em ocupações tem pressionado a gestão pública no atendimento as demandas. Conforme analisado por Machado (2015), aproximadamente 95% do Estado de Minas Gerais possui cobertura de energia elétrica. Considerando a dimensão espacial e populacional de MG, é muito impressionante que essa “ausência” esteja concentrada em uma determinada região e atinge em grande parte um determinado grupo social: há mais de 55 mil residências sem acesso a essa energia, visto que a maioria dessas moradias se encontram no norte de Minas Gerais, principalmente no Vale do Jequitinhonha, sendo comunidades rurais inclusive quilombolas.

Considerando essa realidade, Projeto Veredas Sol e Lares^{vi} atua em 21 municípios situados no Vale rio Jequitinhonha e do Rio Pardo (Figura 1) e envolve análise da realidade de comunidades rurais e urbanas incluindo situação de acesso à energia, a água, a terra e as políticas públicas, dentre outros. Com base em metodologias participativas, esse processo visa fomentar discussão e análises a partir e pelas comunidades – por baixo e por dentro – com formulação de demandas e indicativo de projetos que possam contribuir na dinâmica econômica e social das comunidades e municípios (SULZBACHER e STEFFENS, 2019).

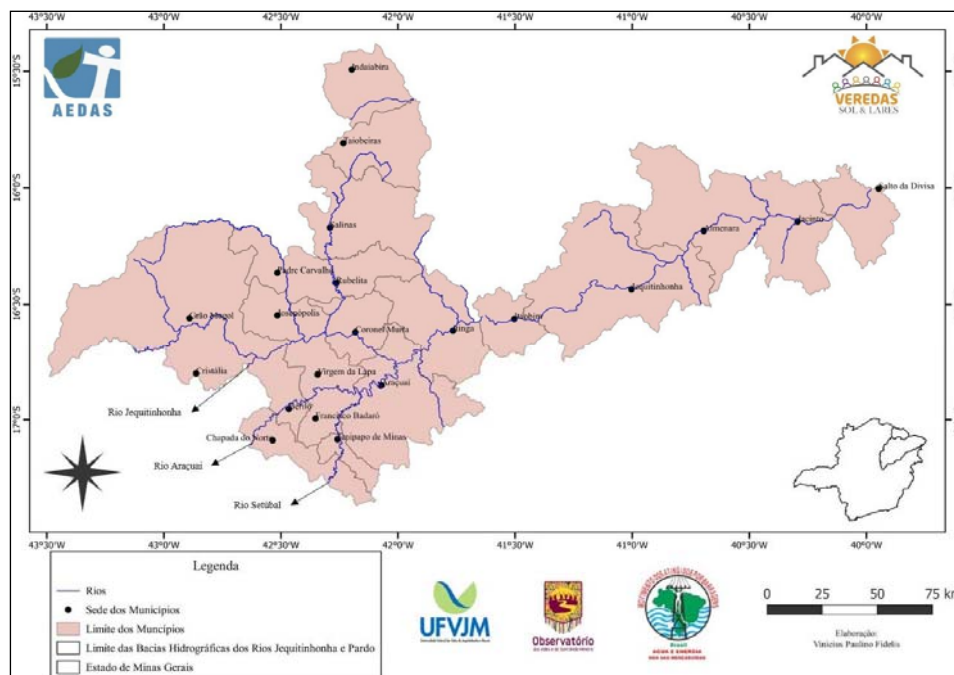


Figura 1 – Municípios que fazem parte do Projeto Veredas Sol e Lares, sendo cerca de 80 comunidades que participam atualmente da pesquisa social.

São cerca de 80 comunidades envolvidas no projeto e em específico no alto e médio Jequitinhonha, grande parte das localidades que não possuem energia elétrica são comunidades tradicionais, especialmente quilombolas, como é caso da comunidade Tamanduá localizada no município de Jenipapo.

Para tanto, é importante entender que a falta da energia elétrica corrobora para que a violência contra as mulheres no campo continue às margens da sociedade, pois as informações veiculadas pela internet ou telefonia, que são os principais mecanismos para denúncias e esclarecimentos sobre determinados direitos, são inacessíveis às trabalhadoras rurais. Além disso a ausência de eletricidade, como observado em comunidades do médio Jequitinhonha também impacta na independência econômica e nas oportunidades para atividades de formação (escolares e ou espaços não formais de educação), pois as mulheres trabalham durante todo período diurno e necessitam do noturno para estudar. Ademais, o tempo de trabalho é proporcionalmente maior conforme a baixa produtividade que, por sua vez, está relacionada com a falta de energia (uma bomba d'água poderia ser acionada para que a água estivesse disponível, em casa) e a distância ou percurso para buscar água. Resulta, também, no abandono de determinados cultivos e ou áreas de plantio. Assim, esse cenário reforça um ciclo de sobrecarga de trabalho, não-remunerado e não-reconhecido, essencial para a reprodução familiar e atribuídos ao papel da mulher. Não bastasse isso, inviabiliza o acesso à oportunidades para melhorar condições de vida seja por meio da participação em projetos, no acesso à políticas públicas, no acesso à educação (formal ou informal), no acesso à saúde, no enfrentamento às violências (inclusive patrimonial, independente se o agressor é o marido, a empresa ou o Estado).

O acesso à energia elétrica já foi motivo de pauta no senado no ano de 2017, podendo ser considerada como um direito social resguardado na Constituição. A proposta de Emenda à Constituição (PEC) 44/2017 apresentada pelo senador Telmário Mota (PTB-RR), tinha como intuito elevar o status da necessidade de energia elétrica para garantir o seu fornecimento para todo o território brasileiro. Segundo o senador, o acesso à energia elétrica é de crucial importância para garantir a dignidade humana, devido ao fato de possibilitar o uso e acesso de diversos bens e serviços que dependem da eletricidade.

Em especial, no Vale do Jequitinhonha, a ausência da energia elétrica em comunidades rurais é uma contradição, uma vez que no leito do rio Jequitinhonha foi instalada a Usina Hidrelétrica de Irapé pela Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) em 2006, com 208 metros, sendo a mais alta barragem do Brasil, conforme o acompanhamento do Observatório Sismológico da Universidade de Brasília. No entanto, ainda há famílias pelo Vale do Jequitinhonha sem energia elétrica e com problemas no acesso e qualidade da água. Existem benefícios trazidos por esses empreendimentos? Existem contrapontos, pois a construção teve como consequências diversos danos ambientais e sociais.

Conforme abordado por Costa (2018) a área alagada pela represa da usina, atingiu sete municípios do Vale do Jequitinhonha, levando ao reassentamento de cerca de cinco mil pessoas, além de atingir diversas populações que viviam às margens do rio. É importante relatar, que não se pode assegurar que todas as famílias atingidas tenham recebido seus respectivos direitos no processo de remanejamento. Costa aborda que esse processo gerou diversas perdas socioeconômicas, culturais e políticas decorrentes no violento transcurso de implantação da barragem. Além disso, na pesquisa exploratória registramos que alguns moradores reassentados relatam a perda da paisagem, da fauna e da flora no momento em que as águas do reservatório ocuparam o território, e com isso se perdeu os recursos da natureza e tradições que estavam totalmente ligados ao modo de viver e à dimensão simbólica, inclusive espiritual, daquelas comunidades no local. É significativo relatar que a justificativa da empresa com relação a esses impactos, foi legitimar o discurso do progresso, crescimento e dinamismo econômico regional com base nesse empreendimento. Todavia, os impactos sociais e ambientais, no discurso oficial, sempre são minimizados, considerados como meras externalidades – mal necessário para o bem-estar geral. A partir da organização coletiva, da atuação de organizações sociais de base popular, da articulação das comunidades atingidas principalmente pela atuação do MAB, da realização de pesquisas e elaboração de relatórios, inclusive pela própria CEMIG, pode-se atualmente indicar que os impactos negativos superam os positivos, ao final, houve mais perdas do que ganhos, principalmente para a região do Vale do Jequitinhonha conforme analisado por Costa (2018). E, quase quinze anos após, o empreendimento demonstra efetivamente para quais interesses atende, sobretudo quando a energia se configura como mercadoria.

No reassentamento Agrovila II localizada na região de Chapada do Norte, há problemas gravíssimos com o abastecimento de água para as famílias. Conforme Sulzbacher e Steffens (2019, p. 08):

O barramento no rio Setúbal inundou 980 hectares, atingindo diretamente 170 famílias que foram reassentadas em dois locais, denominados Agrovila I e Agrovila II, os quais protagonizam lutas históricas contra a forma com que foram realizados e como se encontram os assentamentos atualmente. O reassentamento Agrovila II, com 84 famílias, enfrenta vários problemas, dentre eles: falta de água para consumo humano e animal, não entrega dos títulos de terra por parte da empresa, casas construídas pela empresa em péssimas condições, pontes quebradas, não funcionamento da escola (devido à falta de abastecimento de água), dentre outros.

De acordo com relatos de algumas mulheres da comunidade, a Estação de Tratamento de Água (ETA) não realiza o tratamento, apenas filtra e decanta a água, sendo que apenas com esses processos a água é imprópria para consumo humano. A presidente da associação da comunidade relatou que após o desmonte da RuralMinas, as condições de sobrevivência pioraram e se tivesse água para a agricultura as condições de vida seriam melhores. Além da falta, há uma situação grave com a qualidade da água que conseqüentemente gera vários problemas de saúde para os moradores, que recorrentemente estão com sintomas relacionados a alguns tipos de viroses, diarreias, dor de cabeça e febre. Atualmente a saída encontrada para deixar a água potável, para consumo humano, é a utilização de purificador de água distribuído por ONGs, a partir do programa “P&G – Água Pura Para Crianças”. Convém enfatizar que as comunidades do município de Chapada Norte são as que mais utilizam o sachê de purificação da água, conforme relatos dos agentes comunitários que fazem a entrega.

As mulheres também relatam as problemáticas com o poder municipal, em que para a energia elétrica ser instalada no local houve diversos conflitos entre a comunidade e a prefeitura. É recorrente a fala: “Se não for com muita briga, não saí, o prefeito parece que tem raiva de nós, mas depois que mobilizamos conseguimos pelo menos a energia, mas falta é muita coisa ainda”^{vii}. Além disso, há outros casos caóticos, em que nem a água para beber chega nas moradias, sendo assim, além de não conseguir manter as plantações, as mulheres se veem obrigadas a buscar água em comunidades vizinhas, pois o caminhão-pipa que deveria abastecer essas residências com frequência mensal ou sob demanda, não atende as solicitações das comunidades (demora meses para chegar ao local, em parte, também fruto das divergências e conflitos políticos das comunidades com a gestão municipal).

Esta é a realidade das comunidades e da situação de muitas mulheres, trabalhadoras do campo. Como esta situação impacta na sua participação em projetos, no acesso a políticas públicas ou na atuação em movimentos sociais?

A participação, conforme Toro e Werneck (2004), é um processo para a mobilização social, considerando-a como um valor democrático, dessa forma:

Considerar a participação de todos como uma necessidade para o desenvolvimento social: A **participação é uma aprendizagem**. Se **conseguimos hoje nos entender, decidir e agir para alcançar alguma coisa** (como a melhoria da escola e do bairro), depois seremos capazes de construir e viabilizar soluções para outros problemas (para preservação de uma área verde ou a melhoria do trânsito). Podemos ainda nos articular com outros grupos para desafios maiores, como o fim da violência, o combate ao desemprego, etc. Aprendemos a conversar com a decidir e agir coletivamente, ganhamos confiança na nossa capacidade de gerar e viabilizar soluções para nossos problemas, fundamentos para a construção com sociedade com identidade e autonomia (TORO e WERNECK, 2004, p. 30 – grifos nossos).

Entendemos, portanto, que a participação é um processo de aprendizagem e somente efetivo se for coletivo, por isso implica em “nos entender, decidir e agir”. A construção de uma leitura de mundo, um entendimento coletivo, sobre os problemas vividos é um grande desafio para todos seres humanos. A perspectiva patriarcal e assistencialista, conduziu as sociedades humanas a uma atribuição da responsabilidade ao outro, a um sujeito salvador e ou ao patriarca que resolve os problemas vividos. Por isso, a participação social prescinde de mobilização social, em que o grupo constrói identidade, partilha leituras, problematiza a realidade e consegue identificar causas dos problemas vividos, pensar soluções e articular possíveis atores para contribuir nesta pauta, visando mudar sua situação.

Por isso, um primeiro e importante passo para a mobilização e participação social, é a mudança da realidade. Conforme Gohn (2004) essas mudanças são provocadas no plano local, ou seja, em um determinado território onde se concentra as energias e forças sociais da comunidade, que ajuda a construir a autoconfiança nos indivíduos para que supere seus problemas, com isso “Gera junto com a solidariedade, coesão social, forças emancipatórias, fontes para mudanças e transformações sociais” (GOHN, 2004, p. 24). Sabendo que a participação social promove essas mudanças, entende-se que ela também corrobora para o empoderamento e emancipação do grupo, com repercussão na vida das mulheres.

A participação social do ponto de vista sociológico, é um conceito relacional e polissêmico, que aponta tanto para a coesão social quanto à mudança social. No sentido em que a ação mobiliza o indivíduo do ponto de vista emocional, intuitivo e racional, para tanto a participação pode ser compreendida como um princípio norteador do conhecimento. (STOR e RIOS, 1987). A partir dos estudos de Finley (1988), pode-se atribuir um outro sentido para a participação social mais específica e de caráter político, como expressão da democratização relacionada a ampla participação dos cidadãos nos processos decisórios em uma sociedade.

O caráter da participação que nos referimos aqui é a participação popular que embora esteja entrelaçada com a participação social, ela emerge no final da década de 1980 distinta das anteriores por não estar mais vinculada ao processo de desenvolvimento capitalista. A participação popular tem relação com a

formulação e implementação de políticas públicas que respondam aos interesses da classe trabalhadora. Por isso, ela é estruturante, a fim de promover o reconhecimento de uma identidade coletiva, consciência da situação e de classe. Neste caminho, agrega grupos sociais que passam a agir como sujeitos políticos, que organizam demanda do seu território para reivindicar seus respectivos direitos (VALLA e STOTZ, 1989; VALLA, 1993).

Para a análise da participação popular das mulheres, usamos como base as listas de presença das atividades realizadas nas 80 comunidades do Projeto Veredas Sol & Lares (AEDAS, 2020), no período de novembro de 2018 até outubro de 2019, com reuniões a cada dois ou três meses, a depender da disponibilidade das comunidades. As atividades foram referentes à primeira etapa do diagnóstico, com a realização de reuniões para apresentação do projeto e o uso de metodologias participativas a partir de ferramentas como a análise das contas de luz para entender o perfil de consumo e ou demanda de energia das famílias, o mapa falado e o diagrama de fluxo, a fim de promover o debate da comunidade sobre seu território, usos e indicando os fluxos das relações sociais considerando a dinâmica de consumo e aquisição de produtos.

Na análise das listas de presença, em um total de 3138 pessoas que participaram das atividades no período, 58,6% foram mulheres e 41,4% foram homens. Observou-se, na pesquisa exploratória, como é significativo a centralidade que o tema da água e da energia aparecem nas discussões sobre a realidade da vida das famílias e da comunidade. É consenso entre os comunitários que a água “baixou” muito nos últimos anos, que nascentes e córregos secaram, que os rios baixaram a vazão a ponto de “nem pra peixe dá”. E infelizmente, nesta situação, nos locais onde ainda há água, acabam gerando conflitos ou exigem que as famílias providenciam forma de transporte até suas residências. Outra opção, recorrente, é do caminhão-pipa – porém, é uma demanda que exige embate permanente com a gestão pública municipal, embora seja direito humano. Essa situação, progressivamente também incentiva o êxodo rural com abandono da moradia, pois a falta de água inviabiliza a vida no campo, e impacta significativamente na capacidade produtiva das comunidades, na dinâmica do trabalho e em qualquer perspectiva de sucessão familiar para as juventudes do campo. Outra questão central foi ausência de acesso à energia elétrica, a baixa qualidade da energia (instabilidade e insuficiente para uso simultâneo de eletrodomésticos como geladeira e chuveiro elétrico) e o alto custo das contas de luz (em muitos casos, por erro no registro e enquadro de classe de consumo incorreta).

Por fim, é perceptível como as mulheres assumem o protagonismo na participação ativa nos exercícios com as metodologias participativas, demonstrando conhecimento da realidade da comunidade, das dificuldades e potencialidades. Infelizmente, não foi possível retomar pesquisa de campo para responder a questões adicionais, como quem são as mulheres que não participaram? Qual é a sua realidade? O que tem a dizer sobre o acesso à água, à energia e impactos na sua jornada de trabalho? Estas e outras perguntas permanecessem para pesquisas complementares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo abordamos a relação entre o acesso à água e a energia e a vida de mulheres, trabalhadoras rurais. Indicamos que o processo histórico de ocupação e colonização da bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha foi marcado por uma dinâmica econômica baseada no extrativismo, principalmente de base mineral e, concomitantemente, a instalação de fazendas e ou comunidades. Esse viés conduziu a formação da fronteira agrícola e mineral, que marcou a apropriação de terras e expropriação de sujeitos, e foi reeditado no século XX com os grandes projetos de desenvolvimento baseados em empreendimentos ligados à mineração, à silvicultura e as hidrelétricas.

No avesso da história e economia oficial, o Vale do Jequitinhonha é formado por um encontro de diferentes etnias, de conflitos e disputas territoriais, de resistências ao modo das comunidades tradicionais, como os quilombolas – em processo de reconhecimento a partir de 2006. O povo do vale, em grande parte ainda mantém residência no espaço rural, enfrenta no século XX e XIX, outros desafios relacionados à luta por direito ao reconhecimento, ao território e ao modo de vida – expressos no acesso à terra, água, energia, saúde, educação etc. Se, por um lado, o Estado se omite neste dever constitucional, por outro lado, atua como mediador na instalação de grandes empreendimentos e, portanto, é também um violador dos direitos constitucionais das comunidades tradicionais.

Assim, é recorrente o fato de que o tratamento e a distribuição da água, em que centenas de famílias vivenciam a mesma problemática, e as prefeituras não abastecem as localidades da forma que deveriam. Vale salientar, que até mesmo as comunidades em estado de energia e que deveria ter um amparo maior são as que mais sofrem com esse descaso, pois a distribuição de água pelos caminhões pipas, só é viabilizado pelo poder municipal uma vez por semana ou a cada quinze dias, impactando diretamente nas condições mínimas de sobrevivência do trabalhador e trabalhadora rural.

Cabe destacar que o acesso à água e a energia é um dever do Estado, faz parte da infraestrutura garantir esses direitos. Concomitante a isso, entende-se que o acesso à água tratada, assim como a obrigatoriedade da manutenção do seu abastecimento, se configura um direito fundamental, e conseqüentemente um dever essencial para o Estado perante a ordem jurídica brasileira. Diante disso, a existência de princípios que norteiam a Constituição Federal, como o princípio da dignidade da pessoa humana e da cláusula aberta dos direitos fundamentais, são as bases para considerarmos o acesso à água tratada um direito primordial no ordenamento jurídico brasileiro. Para tanto, por meio dessa cláusula, podemos justificar o acesso e a distribuição de água potável e o acesso à energia elétrica como um direito, que deve ser assegurado não apenas pelos cidadãos, mas também pelo próprio Estado brasileiro (PES, 2010).

Quando se trata da participação social nesses debates, sobre questões hídricas e energéticas, percebe-se o protagonismo e significativa participação feminina. A partir de reuniões em comunidades, com uso de metodologias participativas para realização do diagnóstico social do Projeto Veredas Sol e Lares, registramos e analisamos a presença de mulheres. O crescimento da participação das mulheres nesses espaços, corrobora para o nascimento de coletivos femininos. Nesses

espaços elas conseguem trazer debates políticos que contribuem para maior envolvimento delas na conquista dos direitos à água e energia, como é caso da Comunidade rural agrovila II, ou seja, essas mudanças são possíveis a partir da efetiva participação que colabora para o empoderamento e emancipação feminina que modifica não só a condição de vida no individual, mas também no coletivo.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS) pela concessão da bolsa de pesquisa e do apoio com recursos para a realização da pesquisa exploratória; e ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) pelo protagonismo no debate crítico sobre água e energia, bem como sua atuação junto as comunidades; e às comunidades atingidas, em especial, às mulheres com quem dialogamos, pela sua participação e colaboração com a pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO ESTADUAL DE DEFESA AMBIENTAL E SOCIAL (AEDAS). **Relatório técnico execução do plano de mobilização, capacitação e participação popular**. Etapa 2, Ano 2, Relatório 04, abr. 2020, Belo Horizonte. (mimeo).
- ALMEIDA, C. S. de. **Território da água, território da vida: Comunidades tradicionais e a monocultura do eucalipto no Alto Jequitinhonha**. 2018. 115p. Dissertação (Mestrado- Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais). Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2018.
- ALMEIDA, C. S.; SULZBACHER, A. W. Questão agrária e a monocultura do eucalipto no Alto Vale do Jequitinhonha, nordeste de Minas Gerais. In: Anderson Willians Bertholi; Gustavo H. Cepolini Ferreira. (Org.). **Espaço agrário em questão**. Jundiá: Paco Editorial, 2019, v. I, p. 65-82.
- BORGES, D. M. L; SOUZA, L. L. e PRATES, J. V. Mulheres nas políticas públicas de convivência com a seca: As agricultoras familiares da comunidade Vargem João Alves, em Araçuaí-MG. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, 6., 2019, Montes Claros-MG. **Anais...** Montes Claros: UNIMONTES, 2019, p. 405-413. Disponível em: <<https://coloquiointernacional.com/cpct/espaco-de-dialogo-2-direitos-humanos-protexao-dos-territorios-e-das-pessoas/>>. Acesso em 05 nov. 2019.
- FINLEY, M. I. **Democracia antiga e moderna**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FREIRE, A. G. **Águas do Jequitinhonha**. Dissertação de mestrado. PPGA/UFLA, Lavras, 2001.
- GALIZONI, F. M. **Águas da vida - população rural, cultura e água em Minas Gerais**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). IFCH/Unicamp, Campinas, 2005.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GOHN, M. da G. **Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais.** *Saúde e sociedade*, v. 13, p. 20-31, 2004.

GRAZIANO, E., GRAZIANO NETO, F. **As condições da reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha.** *Perspectivas* (São Paulo), v.6, p.85-100, 1983.

IEB. Ferramentas de Diálogo: **qualificando o uso das técnicas de Diagnóstico Rural Participativo.** Texto: Andréa Alice da Cunha Faria; Paulo Sérgio Ferreira Neto. Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB). Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.76 p. Disponível em: <www.iieb.org.br/index.php/download_file/870/268/>.

JACOBI, P. R. e BARBI, F. Democracia e participação na gestão dos recursos hídricos no Brasil. *Rev. katálysis*, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 237-244, dez. 2007. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05nov. 2019.

JACOBI, P. R. **Políticas sociais e ampliação da cidadania.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

MACHADO, Á. S. **No Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas, ainda existem milhares de residências sem energia elétrica, principalmente na zona rural.** Vale do Jequitinhonha, 2015. Disponível em: <<http://blogdobanu.blogspot.com/2015/10/cemig-apresenta-plano-para.html> > Acesso em 05 nov. 2019.

MARTINS, J. S. *Expropriação e violência: a questão política no campo.* 2 ed. São Paulo: HUCITEC 1980.

MOURA, M. *Os deserdados da terra.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

PES, J. H. F. **A constitucionalização de direitos humanos elencados em tratados.** Ijuí: Editora Unijuí, 2010

RIBEIRO, E. M. **Estradas da vida: terra e trabalho nas fronteiras agrícolas do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013

RIOS, J. A. Participação. In: SILVA, B. **Dicionário de Ciências Sociais.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1987, p. 869-870.

SAINT-HILARIE, A. de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.** BH/Itatiaia; SP/Edusp, 1975.

SAKAMOTO, L. **As viúvas do sertão. Assolada pela seca, a região do Jequitinhonha expulsa seus homens.** *Revista Problemas Brasileiros*, v. 14, n. 334, jul. 1999, s/p. Disponível em: <http://www.sescsp.org.br/online/artigo/446_AS+VIUVAS+DO+SERTAO#/tagcloud=lista> Acesso em 08 de out. 2019.

SERVILHA, M. de M. **O Vale do Jequitinhonha entre a “divisão” pela pobreza e sua ressignificação pela identificação regional.** 2012. 354f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

SILVA, M. A. de M. **Errantes do fim do século.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SULZBACHER, A. W. e STEFFENS, G. Veredas Sol e Lares nos Vales do Jequitinhonha (MG): direitos humanos e políticas públicas para quem? **Revista Caderno de Geografia**, v. 29, n. 2, 2019, p. 01-14.

TORO, J. B.; WERNECK, N. M. D. **Mobilização Social: um modo de construir a democracia e participação**. Brasília: SRH/MMA: ABEAS: Unicef, 1997.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

Contato com o autor: Lauanda Lopes de Souza <lau185souza@gmail.com>

Recebido em: 19/04/2020

Aprovado em: 31/08/2020

ⁱ Colaboração de empresas como a AXXIOM, a Efficientia e também da PUC-Minas. Aprovado no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (P&D), o projeto é financiado com recursos da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) e inclui bolsas de iniciação científica.

ⁱⁱ Grupo interdisciplinar de ensino, pesquisa e extensão vinculado à Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM, Campus Diamantina) e registrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6690508911150481 Contato: <mailto:observatorio@ufvjm.edu.br>

ⁱⁱⁱ Conforme pesquisas realizadas no Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro, os 23 mil hectares são parte de uma área de 120 mil hectares ocupada por uma empresa de monocultura de eucalipto. Estima-se que a área total de eucalipto no Alto Jequitinhonha, seja três vezes mais. Em parte, são terras públicas e ou devolutas, com concessões de uso, sem referência exata de limites – ao menos, para consulta pública.

^{iv} Situação relatada pelas mulheres durante diagnóstico social que está em construção pelo projeto Veredas Sol e Lares.

^v Conforme plebiscito realizado em 2013 por movimentos populares e sindicais, os reajustes nas tarifas de energia elétrica residencial sofreram aumento maior do que a inflação entre os anos de 1997 e 2012: índice inflacionário em 158,3% e aumento nas tarifas de energia residencial em 270,56%. Em Minas Gerais (MG), por exemplo, a Companhia Energética de Minas Gerais S.A. (CEMIG) – composta por 49% de capital privado, anunciou em 2012 lucros de R\$4,2 bilhões e aumentou de 4,99% nas tarifas residenciais em 2013.

^{vi} Retomamos descrição realizada por Sulzbacher e Steffens (2019): O projeto Veredas Sol e Lares atua principalmente em quatro frentes: 1) Desenvolvimento e instalação de sistema fotovoltaico flutuante com potência nominal de 1,179 Mwp, sob lago de represa da hidrelétrica Santa Marta, localizada no município de Grão Mogol; 2) Sistema de supervisão e controle, incluindo pesquisas sobre degradação de módulos fotovoltaicos; 3) Pesquisa social envolvendo elaboração de Metodologia de Mobilização, Capacitação e Participação Popular para P&D, de Diagnóstico Social, e de Planos de Desenvolvimento Regional; 4) Diagnóstico sobre o marco regulatório da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) e geração distribuída através da minigeração compartilhada de energia, incluindo participação social para elaboração de modelo de geração distribuída que atenda interesses da população. A partir destas frentes, o projeto perpassa pela mobilização e participação popular no debate sobre a questão energética e, principalmente, sobre o acesso à energia como condição para projetos que possam estimular desenvolvimento regional a partir das comunidades. O jornal Brasil de Fato, em julho de 2018,

realizou publicações com detalhes sobre o Projeto Veredas Sol e Lares, inclusive com tiragem especial. Acesso: <https://www.brasildefato.com.br/2018/07/16/especial-or-norte-de-mg-recebe-primeira-usina-hibrida-de-energia-do-brasil/>

vii Registros em caderno de campo da pesquisa exploratória. Fevereiro 2019.